

# Mercado futuro, sem mistificações

**Ney Castro Alves**  
Presidente da Bolsa de Mercadorias  
de São Paulo.

**E**m 1985, durante uma visita à Bolsa de Mercadorias de Chicago, em companhia de um grupo de jornalistas brasileiros, causou-nos surpresa o volume de negócios ostentado, na época, pela instituição: cerca de 100 bilhões de dólares por dia, algo em torno do que representa, hoje, a nossa dívida externa.

Um ativo circulante produzido por duas atividades essenciais numa economia avançada: de um lado, a proteção aos preços das safras agrícolas (commodities em geral) e investimentos; de outro, uma alternativa para especulação financeira, mantida, dessa forma, sob rigoroso controle.

Essa é a pedra-de-toque dos mercados futuros, também chamados "mercados de contratos".

No momento em que se iniciam os trabalhos para a elaboração da nova Carta Magna venho, em nome do Conselho de Administração da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, prestar aqueles que têm a responsabilidade de definir os novos rumos da Nação uma série de esclarecimentos do mais alto interesse para a economia brasileira e, portanto, para toda a nossa sociedade.

Vivemos a expectativa de um ano decisivo na expansão dos mercados futuros no Brasil. No entanto, dada a sua recente introdução em nosso País, não nos admira o fato de pesarem sobre ele certas dúvidas, parte delas decorrente do próprio processo de desenvolvimento da nossa atividade, cujas funções e utilidade social se ampliam desmesuradamente à proporção em que aumenta o grau de participação dos agentes econômicos em suas operações.

Principalmente em nosso País, onde ainda se confunde o conceito de especulador com o de "atravessador" de mercadorias, é preciso reafirmar-se com clareza que esta é uma atividade eminentemente social. Ao tomar o risco de um determinado agente econômico, o especulador se baseia num

ma expectativa de lucro. No entanto, ele se dispõe a absorver o eventual prejuízo da outra parte contratada.

Essa foi a fórmula inteligente que a economia moderna encontrou para, em vez de combater inutilmente essa força ativa do mercado, convertê-la em benefício dos setores de produção e de serviços, propiciando a ambas as partes a satisfação de suas necessidades.

Hoje, a utilização do mecanismo de "hedge", que vem a ser um seguro contra oscilações de preços, é preponderante para a obtenção de crédito por parte dos produtores agrícolas junto aos bancos comerciais nos Estados Unidos. Nesse país, os produtores costumam "travar" os preços pelo menos daquela parte de sua colheita que foi oferecida como garantia.

No Brasil, o mercado futuro ou mercado de contratos foi revitalizado pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo em 1978, visando dar proteção aos produtores de soja e de café, que vinham efetuando operações de "hedge" nas bolsas do exterior, a exemplo do que ocorria com o cacau até o início da operação integrada entre essa bolsa e a Bolsa de Mercadorias da Bahia, em novembro de 1986.

O crescimento desses mercados, hoje perfeitamente consolidados no País, tem enfrentado dificuldades de dupla ordem: a falta de melhor compreensão de seus mecanismos e funções por parte daqueles que deles poderiam se utilizar, e o controle excessivamente intervencionista do Governo sobre a Economia, notadamente no que se refere à produção rural.

Não terá, por certo, passado despercebida a ninguém a intervenção no pregão do boi gordo ocorrida no ano passado, num momento em que esse mercado nada mais refletia do que uma expectativa, sustentada por partes opostas, da crise no abastecimento, que viria, efetivamente a configurar-se.

Ocorrências como essas poderão ser evitadas na medida em

que as autoridades econômicas passem a utilizar com maior frequência instrumentos de prospecção que se encontram na essência dos mercados futuros. O próprio governo, ao traçar seu Plano de Metas (setorial 3) no ano passado, descreve o desenvolvimento das bolsas de mercadorias integradas e a ampliação dos mercados futuros como fator indispensável ao aumento da transparência de preços e redução dos riscos dos agentes envolvidos, mormente os produtores agrícolas.

Nessa oportunidade, o Banco Mundial se dispôs a conceder ao Governo um crédito subsidiado de US\$ 21 milhões para financiar a expansão do mercado de contratos no Brasil. Não interessa à economia mundial, e nem à qualquer outra economia, ficar à mercê de bruscas oscilações de preços causadas ora pela superoferta, ora pela escassez de produtos ou de recursos.

Dentro dessa linha de raciocínio, a intervenção do Governo sobre a formação dos preços poderá ser feita sob limites que permitam ao setor privado desempenhar o seu papel na comercialização e manutenção de estoques, ficando a atuação das autoridades sujeita a situações de caráter nitidamente emergencial.

Nas últimas décadas, o segmento que mais se expandiu no setor da produção agrícola foi o das culturas de exportação, estimulado justamente pela livre formação de preços no mercado internacional, regulada apenas pela atuação dos agentes econômicos nas bolsas de mercadorias.

Apesar dessas dificuldades de ordem política, o mercado de contratos vem crescendo significativamente no País, graças aos esforços empreendidos neste sentido por técnicos, líderes empresariais e instituições como a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que, paralelamente aos programas de treinamento, cursos e promoções desenvolvidos com essa finalidade nos âmbitos nacional e internacional, introduziu e vem acelerando a integração dos mercados regionais ao sistema nacio-

nal de negociação a termo e no mercado disponível.

A BMSP entende que quanto mais rápido for a expansão dos mercados futuros no Brasil, maior será a sua liquidez e, portanto, mais clara a transparência na formação de preços, o que diminuirá sensivelmente os riscos de todos os agentes envolvidos na produção e comercialização.

No ano de 1986, mesmo com a criação de uma segunda bolsa de futuros — a Bolsa Mercantil e de Futuros, em São Paulo — e da revitalização da Bolsa Brasileira de Futuros, no Rio de Janeiro, a BMSP dobrou o número de posições em aberto (indicativo de liquidez) e encerrou o ano com um volume de negócios da ordem de 4.000 contratos por dia, contra cerca de 1.700, em janeiro. O movimento financeiro na instituição somou Cz\$ 95 bilhões.

Além de propiciar aos agentes econômicos um local e regulamentos criteriosos para suas negociações, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo tem contribuído para aprimorar os métodos de comercialização de mercadorias e de ativos financeiros, oferecendo, por outro lado, às autoridades, uma visão antecipada das tendências do mercado e fórmulas legítimas de atuação direta sobre o mercado, quando se torna necessário corrigir os rumos da Economia. É o que ocorre, por exemplo, quando o Governo se utiliza das bolsas para desovar suas reservas de ouro, visando conter a escalada do câmbio paralelo.

Como se não bastasse, instituições do porte e com a tradição da Bolsa de Mercadorias de São Paulo — fundada em 1917 — atuam, também, como organismos consultivos do Poder Público, na classificação e definição de padrões para mercadorias como o algodão, o cacau, a soja, o café e muitas outras, o que vem contribuir com o aperfeiçoamento da comercialização desses produtos no mercado interno e com a atividade de exportação, hoje, mais do que nunca, imprescindível à própria estabilidade da Nação.

SÃO PAULO • COMMODITIES • EXCHANGE  
**BOLSA DE MERCADORIAS**  
DE SÃO PAULO